

A IMPORTÂNCIA DO USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MICRORREGIÕES VIA TURISMO ECOLÓGICO, ESTUDO DE CASO DA APA DO SANA, MACAÉ/RJ

Tomas Carnaval de Oliveira Brod¹, Julianne Alvim Milward-de-Azevedo²

¹Bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ). Pesquisador do
Núcleo de Estudos em Gestão de Unidades de Conservação (NEGUC/UFRRJ).
(tomas_brod@hotmail.com)

²Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora
do Núcleo de Estudos em Gestão de Unidades de Conservação (NEGUC/UFRRJ). Professora
do Departamento de Ciências do Meio Ambiente da Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro - UFRRJ. (juliannemilward.UFRRJ@gmail.com)

Resumo

O Brasil apresenta diversas áreas públicas protegidas em território nacional. Estes espaços são atraentes para a visitação por distintos grupos sociais, com vista à visualização de paisagens distintas daquelas encontradas nos espaços urbanos e, pode possibilitar o desenvolvimento local. O estudo visa expor a importância do uso público em unidades de conservação no país, com especial atenção ao turismo ecológico com vista ao desenvolvimento local de microrregiões que dependem diretamente dessa atividade como forma de geração de renda. Para tal, o foco reside na exposição da APA do Sana, localizada na região nordeste do estado do Rio de Janeiro, no município de Macaé. A pesquisa realizada quanto aos fins foi exploratória e descritiva. Quanto aos meios de investigação, a pesquisa foi documental, bibliográfica, trabalho de campo e estudo de caso. Conclui-se que a criação da APA do Sana foi um fator significativo para a comunidade local, haja vista o perfil turístico do Distrito, onde ela se encontra localizada. Faz necessário o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que incentive o turismo ecológico, com vista promoção de um desenvolvimento local sustentado, que traga benefícios aos moradores e, que tenha por base a promoção da preservação do meio ambiente, a conscientização ambiental e a geração de renda.

Resumo Expandido

Segundo o levantamento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no ano de 2017, as unidades de conservação (UCs) no Brasil, ano após ano, atraíram e receberam números cada vez maiores de visitantes, dando destaque para os Parques Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental (APA). As diversas formas de acesso às informações destas áreas de preservação são os principais aliados para o crescente setor de

turismo que faz da natureza seu principal atrativo. O Brasil, graças à sua dimensão continental e sua expressiva riqueza de biomas (floresta amazônica, mata atlântica, cerrado, caatinga, pantanal e pampa) apresenta diversas áreas públicas protegidas em território nacional, nas três esferas de governo, bem como, das privadas. Estes espaços são atraentes para a visitação por distintos grupos sociais, com vista à visualização de paisagens distintas daquelas encontradas nos espaços urbanos e, pode possibilitar o desenvolvimento local.

Este trabalho tem como objetivo expor a importância do uso público em unidades de conservação no Brasil, com especial atenção ao turismo ecológico com vista ao desenvolvimento local de microrregiões que dependem diretamente dessa atividade como forma de geração de renda. Para tal, o foco reside na exposição da APA do Sana, localizada na região nordeste do estado do Rio de Janeiro, no município de Macaé. A pesquisa realizada pode ser definida segundo Vergara (2000) quanto aos fins como exploratória, devido ao pouco conhecimento acumulado e sistematizado no distrito de Sana sobre a UC e a geração de renda dada pelo turismo local; e, descritiva, dado que apresenta características do espaço estudado. Quanto aos meios de investigação, a pesquisa foi dada pelos levantamentos documental e bibliográfico, trabalho de campo, além de ser um estudo de caso circunscrito a uma unidade de conservação no país, da esfera municipal.

Segundo as definições dadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2019), em seu sítio eletrônico, o uso público de uma UC consiste na finalidade dada pelo visitante à procura por estes espaços, podendo ser entendida como recreativa, esportiva, turística, pedagógica, artística dentre outros. Entende-se que para continuar o desenvolvimento do uso público em consonância com a preservação das UCs, local preferencial para o turismo, investimentos de múltiplos recursos devem ser realizados. Tais aportes devem ser orientados para que a gestão responsável pelas administrações ou pelos organismos e instituições, além dos estudos aprofundados para o manejo dessas áreas, sejam o mais eficiente possível. Como uma via de mão dupla, o setor turístico precisa de estrutura suficiente para suprir as necessidades dos visitantes e da sua finalidade de visitação, além de promover o desenvolvimento local.

No Brasil, vários distritos, assim como a região do Sana – objeto de estudo desse trabalho – são dependentes diretos do turismo ecológico uma vez que agregam um grande potencial nesta direção justamente por, muitas vezes, não serem contemplados com investimentos básicos ou planejamento estratégico por parte do poder público (SANTOS & TEIXEIRA, 2008). Os moradores do Sana estruturaram-se socialmente em torno de atividades ligadas ao turismo: pousadas, *campings*, restaurantes (abastecidos por produtores locais), venda de lotes de terras, aluguel de casa para temporada dentre outros (CAMELLO *et al.*, 2008).

A APA do Sana tem área total de 11.802 hectares, o equivalente a 6% do município, abrangendo todo o 6º Distrito de Macaé, inserido na mesorregião Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2003). Essa UC encontra-se localizada a cerca de 80 km do centro do município e aproxima-se de grandes centros urbanos, como os municípios do Rio de

Janeiro e de Nova Friburgo, que distam, respectivamente, 165 km e 66 km. Caracteriza-se como uma região de cobertura de Mata Atlântica com uma grande importância hídrica para todo o estado do Rio de Janeiro.

A APA, criada em 2001 pela Lei Municipal 2172, é um local visitado por turistas de todo o Brasil. A região ficou conhecida nas décadas de 1970 e 1980 por suas cachoeiras caudalosas e vegetação exuberante típicos do bioma de Mata Atlântica. As cachoeiras do circuito das águas são as mais procuradas devido ao curto tempo de trilha, o fácil acesso e a proximidade com o centro do Sana. Sua beleza cênica é referência da região, graças ao grande volume de água cristalina provenientes do rio Sana e o rio Macaé e seus córregos, como o do São Bento (BRASIL, 2003). Outro grande atrativo da região é a trilha do Peito do Pombo, com cerca de 1.400 metros de altitude, sendo uma trilha considerada difícil devido a sua acentuada inclinação.

Ao longo do tempo, sem que houvesse aporte de recursos financeiros e diante do crescimento demográfico e da especulação imobiliária, os diversos serviços públicos tornaram-se insatisfatórios, alguns deles ainda sem solução nos dias atuais. Apesar do grande potencial turístico da UC testemunha-se a ausência de planejamento turístico no Distrito pelo poder público. A atividade turística para o Distrito se coloca como fundamental para o seu desenvolvimento local. Daí a importância do planejamento do turismo, como forma de garantir os princípios básicos de conservação e preservação ambiental intrinsecamente impostos pelos conceitos de unidade de conservação.

Atualmente, o maior conflito de interesses da região repousa entre a sociedade civil e o proprietário de um sítio, em razão da falta de transparência e democratização no processo de privatização da microbacia do córrego do Peito do Pombo, concebida pelo poder público. Há dúvidas quanto à concessão dos espaços públicos a esfera privada seja a solução para os problemas existentes na região. Mesmo que a administração seja positiva aos aspectos ambientais a falta de diálogo entre os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente se torna prejudicial a toda sociedade local e a seu desenvolvimento. Uma vez que medidas tomadas de forma unilateral possam resultar mudanças no fluxo turístico da região, e com isso atingir os demais atores sociais.

Foi observado que a APA do Sana apresenta grandes oscilações quanto ao empenho dado pelo poder público, principalmente nas mudanças de mandatos em que, na maioria das vezes, observa-se a descontinuidade das ações e projetos. Essa irregularidade nas ações e a falta de projetos resultam na atração de turistas à região, sem cogitar que os turistas atraídos possam não estão estar efetivamente preocupados com o desgaste e a sobrecarga do meio ambiente. E, devido à falta de esclarecimentos para a população local, torna-se inviável a conscientização dos visitantes (CAMELLO *et al.*, 2008).

A população local se organizou socialmente como forma de suprir a ausência do poder público. A falta de planejamento também interferiu na dinâmica entre os atores sociais e abriu margem para tomadas de decisões unilaterais; que, por sua vez, se apresentam como as principais causas de conflitos na região. Como consequência, seja de forma direta ou indireta,

o tipo de uso público da UC, ou seja, a finalidade dada pelos visitantes a região foi alterada após o início das cobranças para acessar as cachoeiras. Antes da taxa, o perfil dos visitantes era dado por grupos da sociedade de baixa renda, majoritariamente residentes das proximidades do local e sem consciência acerca da importância da preservação do meio em questão. Foi constatada mudança no perfil dos visitantes após a introdução de taxas de entrada para visitação nos espaços, além da redução do seu número: visitantes com poder aquisitivo mais elevado, acompanhado de suas respectivas famílias e, com maior conhecimento acerca da importância da preservação e equilíbrio ecológico do Distrito. Isso resultou no desconforto de vários atores sociais, dos quais se destacam os artesãos e artistas cênicos, além dos proprietários de *campings* e pousadas, dado que dependem do turismo do Distrito para geração de renda.

Conclui-se que a criação da APA do Sana foi um fator significativo para a comunidade local, haja vista o perfil turístico do Distrito, onde ela se encontra localizada. Por outro lado, se faz necessário o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que incentive o turismo ecológico, com vista promoção de um desenvolvimento local sustentado, que traga benefícios aos moradores e, que tenha por base a promoção da preservação do meio ambiente, a conscientização ambiental e a geração de renda.

Referencial Bibliográfico

BRASIL (2003). **SEMA, Secretaria Especial de Meio Ambiente. Área de proteção Ambiental. Área de proteção Ambiental Macaé/RJ Plano de Manejo Fase 1.** Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1355215772.pdf> Acesso em: junho 2018.

CAMELLO N.; PREZZI A.; GALASSI B.; FIGUEIREDO N.; LOPES P.H.M. (2008). **Desenvolvimento do Ecoturismo - Estudo de Caso: Sana (RJ).** In: IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1296079483.pdf> Acesso em: março 2019.

ICMBIO, MMA. (2019). **Visitação em Parques Nacionais bate novo recorde em 2018.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018> Acesso em: janeiro 2019.

MMA. **Conceitos.** (2019). Disponível em <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-corredores-ecologicos/conceitos>. Acesso em: fevereiro 2019.

SANTOS S.R.; Teixeira M.G.C. (2008). **Análise do Plano de Desenvolvimento Turístico no Estado do Maranhão: Potencialidades e Entraves na Gestão de Pólo Turístico em**

Município Estratégico. *In:* XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/ RJ, 6 a 10 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/APS-B2367.pdf Acesso em: fevereiro 2019.

VERGARA. S.C. (2000). **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 3º edição. São Paulo: editora Atlas, 2000.